

Dívida externa será tema central de debates da reunião FMI/BIRD

por Celso Pinto
de Washington

A questão da dívida externa está sendo um dos focos centrais de preocupação dessa reunião anual do FMI e do Banco Mundial (BIRD) em Washington. Há diferenças substanciais de enfoque, mas uma certa concordância geral sobre a importância que o problema ainda tem, a urgência em se encontrar soluções e a necessidade de buscar novas alternativas.

A reunião formal dos 151 países-membros dos dois organismos abre-se formalmente hoje, no suntuoso plenário do hotel Sheraton Washington. Mas, como de hábito, algumas das principais decisões e colocações foram firmadas no final de semana e ontem, nas reuniões de vários grupos ligados às instituições.

Havia uma expectativa de que, na reunião dos países mais ricos, o "Grupo dos 7" e o "Grupo dos 10", algum acordo mais firme de suporte ao dólar pudesse ter sido amarrado. No entanto, no final de semana houve uma simples reafirmação dos princípios fixados no início do ano no chamado Acordo do Louvre. Os países ricos dispõem-se a intervir no mercado, se necessário.

A avaliação da economia mundial acabou concentrada no trabalho do Comitê Interino (que reúne 22 membros e no qual os países desenvolvidos têm maioria) e no "Grupo dos 24" (dos países em desenvolvimento). A base da análise foi a mesma, as "Perspectivas da Economia Mundial" preparada pelo FMI. Mas a leitura foi muito diferente.

PREOCUPAÇÃO

O "Grupo dos 24", reunido no sábado, expressou profunda preocupação com a taxa decepcionante de crescimento mundial prevista. Sem o crescimento mínimo necessário, uma transferência real de recursos e com a deterioração da situação do comércio internacional, a conclusão, segundo o grupo, é a inteira inviabilidade da atual estratégia para a dívida externa. A despeito dos esforços de ajustamento dos países devedores, a situação da dívida é hoje pior do que em 1982, quando a crise começou, inclusive para os bancos.

Esta é a razão, segundo o grupo, para a suspensão dos pagamentos por parte de alguns países. Nas recomendações, o grupo acabou endossando a posição negociadora brasileira, apesar da resistência de alguns países, especialmente asiáticos. O "Grupo dos 24" recomenda que se pense numa solução de longo prazo que envolva a emissão de títulos, a apropriação de deságios, prazos mais longos e juros mais adequados.

O Comitê Interino, ao contrário, procurou enfatizar que, pelo quinto ano consecutivo, a economia mundial continua crescendo, com inflação moderada e menos desequilíbrios fiscais. Reafirma, contudo, a preocupação com a persistência de desequilíbrios nos saldos de transações cor-

rentes entre importantes países desenvolvidos.

A estratégia básica da dívida é reafirmada: sua solução depende do ajuste dos devedores, do acesso ao financiamento e de condições estáveis de crescimento do comércio e da economia mundiais. Reconhece, de todo modo, que a solução para a questão da dívida exigirá mais tempo do que se supunha inicialmente e admite que a alta dos juros terá um impacto muito negativo nos países devedores.

Ao mesmo tempo que o Comitê reafirma a importância do FMI na solução dos problemas, no entanto, faz uma menção ao benefício de se examinar novas alternativas, especialmente novos instrumentos financeiros. Eles devem respeitar as regras de mercado e ser voluntários. O Comitê critica, especificamente, qualquer tentativa de solução unilateral.

RECONSTRUÇÃO

Os dois comitês usam a expressão "reconstrução" para qualificar a tarefa que se abre na questão da dívida e dão a ela uma dimensão relevante. No âmbito do Comitê de Desenvolvimento, que examina mais as questões de longo prazo relativas ao BIRD, o mesmo tipo de preocupação orientou a reunião encerrada ontem à noite. O papel relativo ao BIRD acabou recebendo um decisivo impulso com a decisão norte-americana de apoiar um aumento do capital, de US\$ 40 bilhões para provavelmente US\$ 80 bilhões.

Em contrapartida, a iniciativa dos Estados Unidos em relação ao BIRD fez com que ficasse esvaziado, nesta reunião, o exame da ampliação da linha de crédito para o ajustamento estrutural do FMI. Esta linha funciona com US\$ 3 bilhões e beneficia os países mais pobres, com renda "per capita" ao redor de US\$ 800. Na reunião de Veneza, os países ricos fixaram a disposição de triplicar seus recursos, através de contribuições voluntárias dos principais países. Os Estados Unidos disseram claramente não estar prontos para examinar agora essa questão e, com isso, o assunto ficou adiado.

Da mesma forma, os Estados Unidos opuseram-se a um aumento de cotas no FMI ou a nova emissão de Direitos Especiais de Saque (DES). Não foi alterada, contudo, a política de acesso ampliado aos recursos do FMI (que havia sido restringido nas reuniões de 1984 e 1985), num reconhecimento tácito de que a questão da dívida continua sendo relevante e exigindo uma participação importante do FMI.

A agenda do encontro, até agora, não teve questões dramáticas envolvidas. Nos próximos dias, de todo modo, as colocações feitas no plenário pelos ministros e o sem-número de reuniões e acertos paralelos ditarão, em enorme medida, o clima econômico mundial que deverá prevalecer nos próximos meses. Em mais de um sentido, o tom dominante deverá ser de cautela.